



REPRESENTAÇÕES DA HERANÇA CULTURAL AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO: RELEITURA DA LEI 10.639/2003.

Autor (1) Roseane Santos de Melo Taira; Co-Autor (1) Aline Ticiania de Andrade Dantas

Universidade Estadual da Paraíba; roseanesm@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo compreender os sentidos e significados da herança Cultural Afro-Brasileira representada no contexto da educação no cotidiano da sala de aula da escola básica, a partir de uma releitura da lei 10.639/2003 que estabeleceu o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira no contexto da educação. Nossa proposta é proporcionar uma maior discursividade sobre o tema das questões relativas à educação étnico-racial a partir do espaço educativo escolar, trazendo-o ao âmbito escolar a partir de uma experiência de projeto de Extensão desenvolvido em sala de aula do ensino fundamental, nas aulas de história. Para isso, utilizamos como referencial teórico Chartier (1991), Certeau (2008), Lino Gomes (2008). Nossa metodologia se deu a partir de uma pesquisa qualitativa de cunho participativo, articulada com uma pesquisa bibliográfica e documental, onde foi consultada a historiografia sobre o tema, além de documentos oficiais a exemplo da Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Trata-se portanto de uma lei que visa resgatar os direitos, a memória e a identidade do negro, com base a desfazer equívocos seculares que por muito tempo inferiorizou o papel do negro na sociedade.

Palavras-Chave: Cultura Afro-Brasileira, Relações Étnico-Raciais, Educação.

INTODUÇÃO

A formação social e cultural brasileira foi resultante de conhecimentos que foram construídos a partir da relação que foi estabelecida com diferentes grupos étnico-raciais. Depreendemos que nenhuma cultura se faz de forma homogênea, pois a partir do momento em que nos apropriamos de costumes, crenças e códigos em geral pertencentes a um determinado grupo social, estamos ao mesmo tempo construindo nossa etnicidade. Dessa forma a valorização da memória desses diferentes grupos culturais, é importante para o reconhecimento, identificação e a perpetuação dos valores e códigos que os formam.

Após a aprovação da lei 10.639/2003, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se tornaram de obrigatoriedade nos currículos das instituições de Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como passou-se a evidenciar em discussões, estudos e pesquisa a Educação das Relações Étnico-Raciais no Brasil, propiciando e promovendo debates sobre as culturas negadas na educação, a exemplo dos saberes culturais africanos e da

cultura afro-brasileira. Para isso, novas diretrizes curriculares nacionais foram estabelecidas visando orientar a prática de estudo a essas disciplinas.

Neste trabalho procuramos compreender os sentidos e significados da herança cultural Afro-Brasileira representada no contexto da educação básica. Visto que é na escola onde se formam as identidades, ou pelo menos a escola ajuda na formação de subjetividades que refletirão em diversos âmbitos da sociedade. Buscamos analisar a Lei 10.639/03 e sua repercussão no contexto educacional, fazendo uma releitura dessa lei e enfatizando sua importância para pensar a herança cultural Afro-Brasileira, mostrando assim seu potencial educativo.

A escolha do tema proposto originou-se com base na necessidade da discussão sobre o assunto nas escolas. Bem como consiste em uma forma de contribuir na reflexão da Lei 10.639 e sua efetivação no ambiente escolar. Essa preocupação é de extrema importância não apenas para a escola como também para a sociedade, pois visa empreender na população uma atitude de afirmação das relações étnico-raciais, e contribuir na formação de uma criticidade sobre a cultura Afro-Brasileira dando a essas práticas culturais o seu devido respeito.

Tal preocupação teve início com a participação em um projeto extensão da Universidade Estadual da Paraíba chamado: *Práticas de Leitura e Escrita em Espaços Educativos Formais e não Formais: Saberes em Diálogos Intergeracionais*. Que discute sobre práticas de leitura e escrita na escola, cujo foco se estende sobre a questão da diversidade étnico-cultural. Nesse projeto, tive contato com a historiografia sobre o tema e partir daí surgiu a necessidade de falar dessa cultura que por muito tempo foi negligenciada.

Através do projeto de extensão mencionado acima foi possível perceber como a comunidade acadêmica tem um papel fundamental na construção de identidades e de saberes que são refletidos diretamente na sociedade. Com o projeto foi possível chegar a realidade escolar e a partir dos conhecimentos obtidos, ajudar na divulgação, compreensão e respeito da cultura Afro-Brasileira e Africana não apenas na escola como também na sociedade de um modo geral.

É inegável a contribuição sócio-educativa emanada pela escola. Nesse processo de aprendizagem em que o aluno passa ver o “outro” em suas complexidades nas relações humanas, a educação se torna um elemento essencial para tal compreensão, e para compreender também afirmações e significados



diferentes do que esse aluno está frequentemente habituado através de um ensino eurocêntrico e preconceituoso.

O que existe ainda na grande maioria das escolas e em ambientes escolares é a prática monocultural, onde o sistema educacional baseia-se apenas numa única visão cultural—notadamente a europeia, reproduzindo dessa forma preconceitos e formas de discriminação na sala de aula e no espaço escolar.

Sendo assim a escola precisa pensar na necessidade de uma abordagem que faça a articulação entre educação e a perspectiva multicultural, fazendo com que os educadores se familiarizem com o tema e assumam uma postura de desconstrução perante atitudes discriminatórias e preconceituosas provenientes de um pensamento hegemônico e da não diversidade, muitas vezes baseados no mito da democracia racial.

METODOLOGIA

Os percursos metodológicos que nortearam este estudo estão embasados em uma pesquisa qualitativa de cunho participativo e observante. Segundo André (2001, p. 54),

[...] ganham força os estudos chamados de qualitativos, que englobam um conjunto heterogêneo de perspectivas, de métodos, de técnicas e de análises, compreendendo desde estudos do tipo etnográfico, pesquisa participante, estudos de caso, pesquisa-ação até análises de discurso e de narrativas, estudos de memória, histórias de vida e história oral.

Ainda falando sobre pesquisa qualitativa, Oliveira (2008, p. 7), aponta que “o pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real, preocupando-se com o caráter hermenêutico na tarefa de pesquisar sobre a experiência vivida dos seres humanos”. Ainda na perspectiva do mesmo autor a respeito da observação participante, “[...] os investigadores imergem no mundo dos sujeitos observados, tentando entender o comportamento real dos informantes, suas próprias situações e como constroem a realidade em que atuam” (OLIVEIRA, 2008, p. 8).



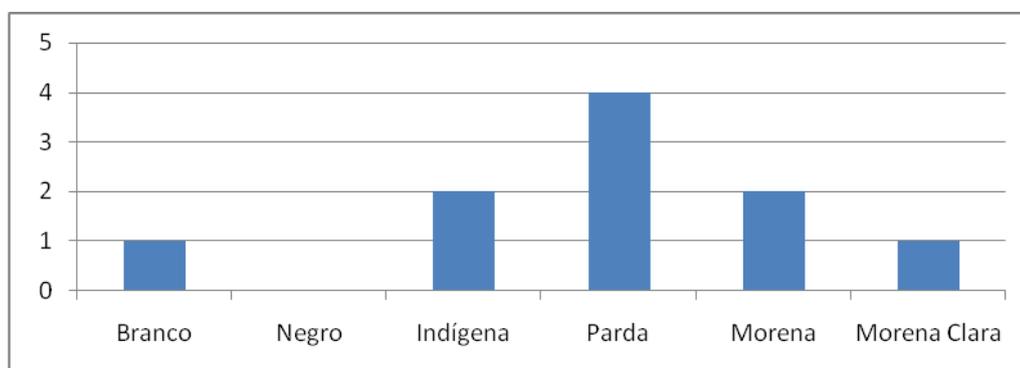
De acordo com esse ideal, essa técnica de pesquisa em muito contribuiu para a análise das experiências vividas no cotidiano escolar no que se refere ao ensino da cultura Africana na escola. Visto que foi possível perceber a realidade do alunado, e a partir de então ajudá-los a repensar e reformular seus conceitos sobre o continente africano.

Esta pesquisa aconteceu de forma articulada com uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando como fontes: as Leis 10.639/03, a 11.645 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Brasil. Utilizaram-se ainda os estudos no campo da historiografia sobre o tema. Os sujeitos da pesquisa foram alunos de uma escola pública de Campina Grande. A escola Sólon de Lucena, que é um museu vivo da história da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

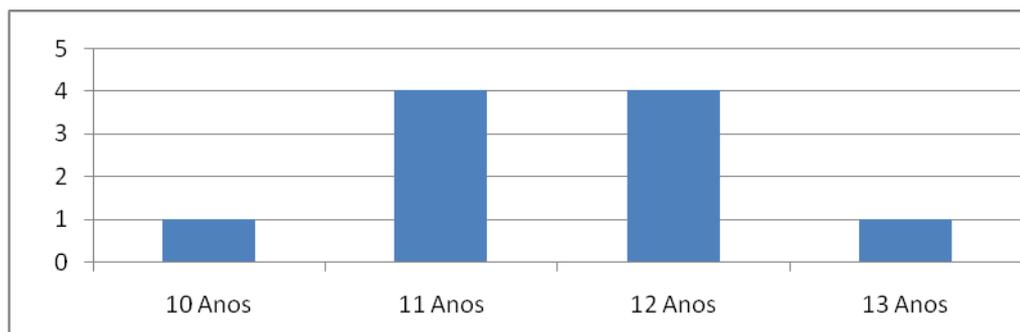
Análise dos questionários realizados com 10 alunos do 6º ano da Escola Sólon de Lucena

QUADRO 1: QUANTO A ETNIA



FONTE: TAIRA, Roseane.

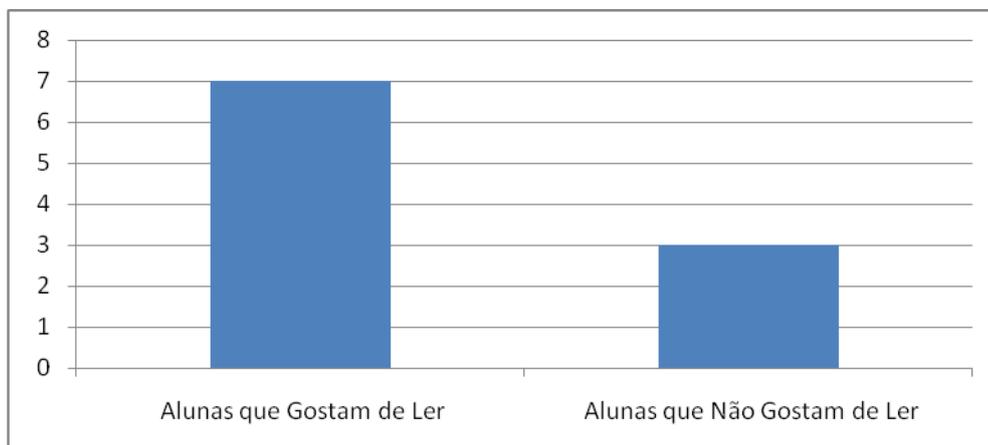
QUADRO 2: IDADE





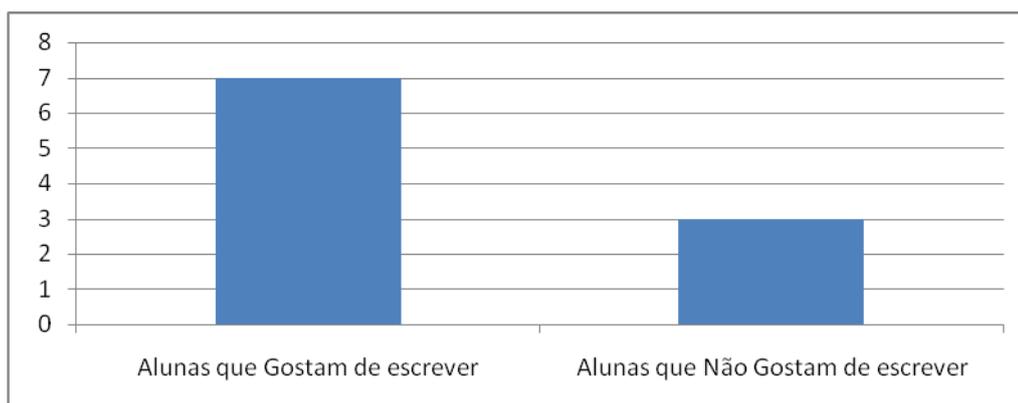
FONTE: TAIRA, Roseane.

QUADRO 3: Quanto a Leitura



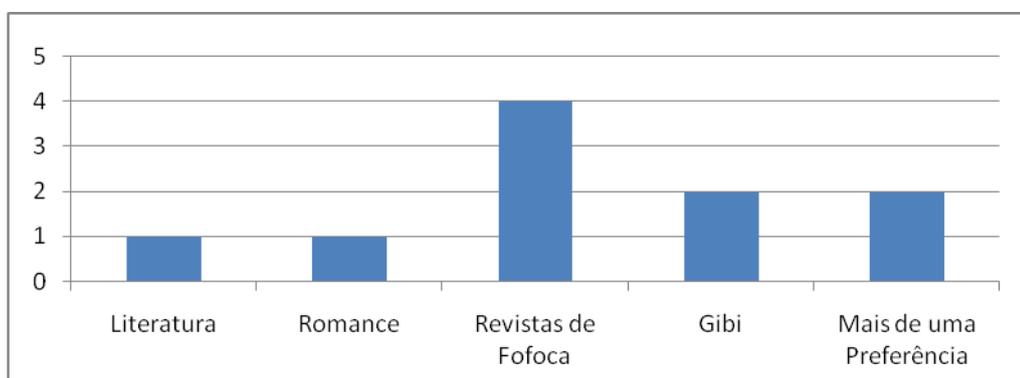
FONTE: TAIRA, Roseane.

QUADRO 4: Quanto a Escrita



FONTE: TAIRA, Roseane.

QUADRO 5: Quanto as Leituras Preferidas



FONTE: TAIRA, Roseane.



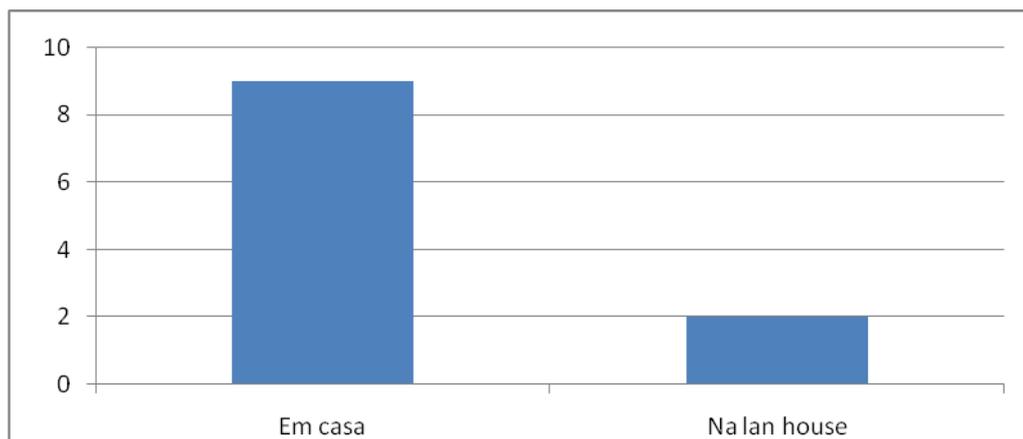
Quanto aos Programas de TV mais Destacados:

Novela; Desenho Animado; Filmes; Programas Infantis; Programa de Auditório;
Outros

Quanto ao Acesso a Internet:

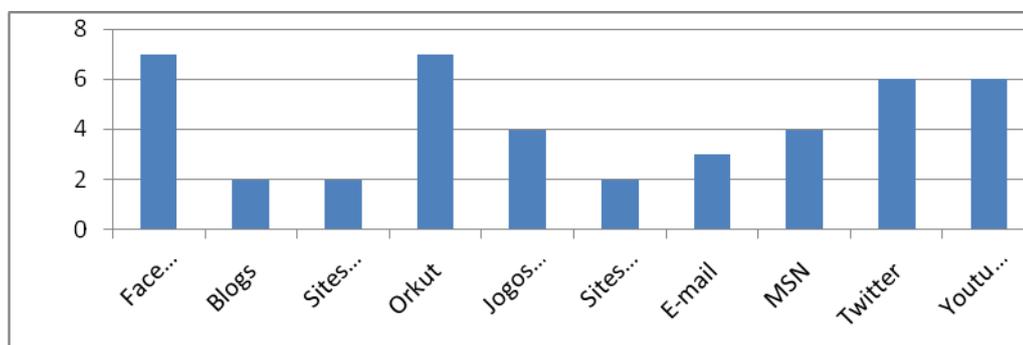
Os dez alunos acessam a internet.

QUADRO 6: Lugar onde Acessam



FONTE: TAIRA, Roseane.

QUADRO 7: Preferências



FONTE: MELO, Roseane.

Quanto a Relação Entre Leitura e Família:

Oito de dez alunos disseram que seus familiares não costumam ler para eles. Porém dizem que seus responsáveis participam de suas atividades escolares.

Os dois alunos restantes disseram que seus familiares costumam ler para eles e também participam de suas atividades escolares.

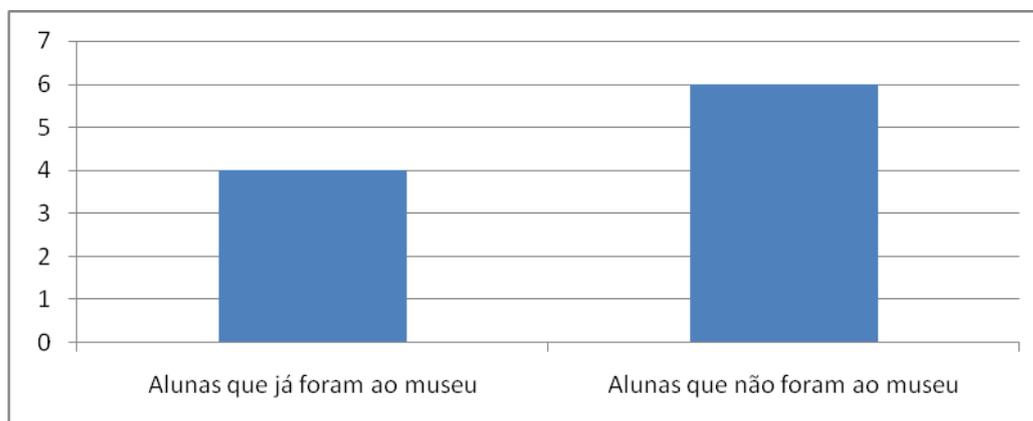
Quanto as Preferências de filmes e músicas

Músicas: Sertanejo Universitário; Gospel; Internacional; Axê; Funk; Hip Hop; Hap; Pop.



Filmes: Terror; Ação; Romance; Infantis; Comédia; Evangélicos.

QUADRO 9: Quanto ao Museu



FONTE: TAIRA, Roseane, 2012.

Quanto à preferência de temas a serem discutidos:

Artes; Escravidão; Mesopotâmia; Aulas com músicas e teatro.

A escola é sempre convidada a dialogar com a sociedade e com a comunidade acadêmica, visto que:

Uma das primeiras instituições sociais chamada a entrar na luta contra o racismo e para a valorização da população negra em seus aspectos físicos e culturais como formadoras da população brasileira foi à escola. Há uma crença de que a escola, em cada momento histórico, constitui-se uma expressão e uma resposta à sociedade. Ela reflete uma porta de entrada para a construção de um Brasil onde convivem as diversas influências que caracterizam a formação do nosso povo (FELIPE; TERUYA, 2010, p. 4).

Muitos alunos da referida escola não tem conhecimento do histórico do seu próprio local de ensino. Tais alunos não disponibilizam também de uma educação voltada ao ensino da Cultura Afro-Brasileira e Africana. Nesse sentido, alunos e o corpo docente da escola não conseguem mudar a realidade escolar, sozinhos. Estes devem estar amparados pela sociedade civil como um todo.

O trabalho na escola Sólón de Lucena foi realizado na forma de oficinas pedagógicas, onde tanto os alunos tiveram maiores acesso a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como também todo o corpo docente e demais funcionários da escola que quisessem participar. Nessas oficinas abordamos temas como, religião, música, dança, culinária, entre outros assuntos, com a intenção de esclarecer aos alunos e demais que participaram das oficinas, que o Continente Africano

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br



tem história e precisa ser redescoberta num sentido positivo, que afirme a existência da cultura africana e afro-brasileira.

CONCLUSÕES

A Lei 10.639/03 com a finalidade de proporcionar cidadania e igualdade racial através das práticas educacionais que consideram a alteridade uma prática fundamental nas relações sócio-culturais, dá visibilidade ao afro-brasileiro e a cultura africana em geral. Dessa forma a lei rompe com um silêncio histórico que insistia em permanecer sobre a história e a cultura da comunidade negra do Brasil. Esta lei dá o direito de conhecimento a culturas que foram por muito tempo esquecidas porém que participaram na construção da sociedade multicultural brasileira. A lei contribui também na construção de uma educação antirracista que prega o respeito a diversidade, bem como abre espaço para que no ambiente escolar seja realizado o diálogo e a discussão sobre as relações étnico-raciais.

Tudo isso representa grande importância no reconhecimento de nossas identidades sejam elas africanas, européias ou asiáticas. O importante é instigar o aluno a se orgulhar de sua origem cultural e a demonstrar interesse e respeito para com a cultura e a etnia de seu colega. E no que se refere ao reconhecimento, o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2004), aponta:

Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como a valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p. 11)

Tais práticas de conhecimento e respeito para com a cultura africana não foi encontrada com facilidade na escola alvo da pesquisa. Os alunos não tinham conhecimento das riquezas do Continente Africano, nem das riquezas presentes na cultura Afro-Brasileira. A grande maioria nem sequer sabia que se tratava de um continente e não um país.



A imagem que o alunado apresenta sobre o continente é sempre de uma forma inferiorizada. Essa imagem se explica com base na representação da África que o livro didático traz. Trata-se de uma idéia de pobreza, miséria, doenças, guerras, analfabetismo, fome e barbárie. Dá-se ênfase as savanas, aos animais, a fauna e flora de um modo geral. A imagem transmitida é a de que os seres humanos vivem em meio aos animais, na selva.

A África passa a ser conhecida como não civilizada e como sendo um continente estritamente colonial, que serviria apenas para a exploração e dominação dos ditos superiores. Assim o continente é dividido e repartido entre potências mundiais para satisfazer seus ambiciosos interesses lucrativos. Mesmo com a teórica “liberdade”, a África ainda é subjugada a culpada dos flagelos sociais. Os discursos proferidos sobre o continente são generalizantes e excludentes. O que afirma a concepção eurocêntrica de submissão da África perante a Europa que se atribuía um papel dominante.

Esquecem que os ascendentes negros tinham uma vivência e uma história na África, antes serem trazidos ao Brasil. Durante séculos de colonização a população africana consistiu na mão-de-obra fundamental para a construção, organização e formação da sociedade brasileira, juntamente com outras etnias. Essa participação foi essencial em diversos âmbitos da sociedade, seja econômico, político, cultural ou religioso.

Cabe à escola, munida dos aportes da Lei 10.639/03 pensar e efetivar práticas de acesso as diferentes culturas, erradicando todo tipo de preconceito e discriminação, inclusive o racismo. Porém a inclusão dessas diferentes culturas no espaço escolar deve ir além de uma mera data comemorativa inclusa no calendário escolar como vista a trabalhá-las apenas naquele dia ou naquela semana. O trabalho escolar deve ser contínuo e insistente, para que então possa render frutos.

No entanto, este trabalho educacional multicultural que focaliza o ensino da diversidade das relações étnico-raciais, necessita de capacitação e profissionalização para perceberem a grandeza e o poder do saber que estão lidando para a partir daí efetivarem os estudos sobre a cultura africana no ensino de forma agradável e sem preconceitos. Trata-se então da regulamentação do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, tornando-se numa maneira eficaz de permitir aos estudantes o acesso as informações sobre nossa formação cultural.



A Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana regulamentada pela Lei 10.639/03, dá subsídios às ações pedagógicas de libertação dos paradigmas de silenciamento e de atitudes preconceituosas e racistas. Assim, atitudes de estranhamento, repulsa e preconceitos vivenciados pelos afro-descendentes não podem mais serem justificadas pelo desconhecimento da cultura africana ou pelo descaso das autoridades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, MEC/Secad, 2004.

BURKE, Peter. **A terceira geração dos Annales**. In: A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1991.

CERTEAU, Michael de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. 15 ed. – Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. In: Estudos Avançados. São Paulo, v. 5, Apr. 1991.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Tereza Kazuko. **Nota sobre, as políticas em prol do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação escolar**. Revista HIATEDBR On-line, v.10 n.39, 2009.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História e ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2 ed. Vozes, 2008.



COPRECIS
CONGRESSO NACIONAL DE
PRÁTICAS EDUCATIVAS

MACHADO, C.J.S. et al (orgs). **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MUNANGA, K. **Educação multicultural e desenvolvimento humano no contexto da diversidade brasileira. Teoria e Prática da Educação**. Universidade estadual de Maringá, Maringá, v. 7, n.3, set./dez. 2004.

PEREIRA, Edimilson de Almeida. **Malungos na escola: Questões sobre culturas afrodescendentes e educação**. Paulinas, 2007.

SILVA, M. P. da. **Novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana: a Lei 10.639/03**. EccosS, São Paulo, v. 9, n. I, p. 39-52, jan./jun. 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 ed. Autêntica, 1999.

(83) 3322.3222

contato@coprecis.com.br

www.coprecis.com.br